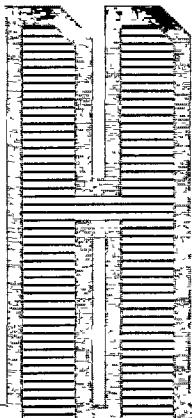




**DIÁRIO**



# República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLI — Nº 80

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 28 DE AGOSTO DE 1986

## CONGRESSO NACIONAL

### SUMÁRIO

#### 1 — ATA DA 136<sup>a</sup> SESSÃO CONJUNTA, EM 27 DE AGOSTO DE 1986

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

**DEPUTADO MARCONDES PEREIRA** — Denúncia recebida dos pecuaristas do Vale do Parába, de irregularidades que estaria cometendo a firma Tu-pinambás — Comércio de Resíduos de Cevada Ltda.

**DEPUTADO FRANCISCO AMARAL** — Colocações sobre a aplicação do Fundo de Reconstrução Nacional.

**DEPUTADA IRMA PASSONI** — Análise dos seis primeiros meses do Plano Cruzado.

**DEPUTADO ERANI MÜLLER** — Boicote que estaria ocorrendo por parte das indústrias brasileiras contra o Plano Cruzado.

**DEPUTADO NELSON DO CARMO** — Plano Cruzado.

1.2.2 — Comunicação da Liderança do PT na Câmara dos Deputados

— De substituição de membro em comissão mista.

1.2.3 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Decreto Legislativo nº 19/86-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 2.182, de 11 de dezembro de 1984, que altera a Legislação do Imposto de Renda. Votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 20/86-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 2.183, de 19 de dezembro de 1984, que descaracteriza como de interesse da Segurança Nacional os municípios que especifica. Votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 22/86-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 2.184, de 20 de dezembro de 1984, que altera a redação do art. 2º do Decreto-lei nº 61, de 21 de novembro de 1966, que modificou a legislação relativa ao Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gásos-sos e dá outras providências. Votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 21/86-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 2.185, de 20 de dezembro de 1984, que dispõe sobre a isenção da Táxa de Melhoramento dos Portos. Votação adiada por falta de quorum.

— Mensagem Presidencial nº 40/86-CN (nº 14/85, na origem), através da qual o Senhor Presidente submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 2.186, de 20 de dezembro de 1984, que institui o Imposto sobre Serviços de Comunicações, e dá outras providências. Apreciação adiada por falta de quorum.

1.4 — ENCERRAMENTO

## Ata da 136<sup>a</sup> Sessão Conjunta, em 27 de agosto de 1986

### 4<sup>a</sup> Sessão Legislativa Ordinária, da 47<sup>a</sup> Legislatura

*Presidência do Sr. Jorge Kalume*

AS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Galvão Modesto — Odacir Soares — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Américo de Souza — Cesar Cals — José Lins — Martins Filho — Humberto Lucena — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Alaor Coutinho — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Alfredo Campos — Fernando Henrique Cardoso

— Severo Gomes — José Fragelli — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Enéas Faria — Arnor Damiani — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Nosser Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Viana — PMDB.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PSB; Randolfo Bittencourt — PMDB.

Rondônia

Francisco Erse — PFL; Francisco Sales — PMDB.

Pará

Benedicto Monteiro — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Dionísio Hage — PFL; João Marques —

**EXPEDIENTE**  
**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

**LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS**

Diretor-Geral do Senado Federal

**JOSÉ LUCENA DANTAS**

Diretor Executivo

**JOÃO DE MORAIS SILVA**

Diretor Administrativo

**MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA**

Diretor Industrial

**PEDRO ALVES RIBEIRO**

Diretor Adjunto

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

**ASSINATURAS****Via Superfície:**

Anual ..... Cz\$ 92,00

Semestral ..... Cz\$ 46,00

**Exemplar Avulso: Cz\$ 0,17****Tiragem: 2.200 exemplares.**

PMDB; Jorge Arbage — PDS; Manoel Ribeiro — PMDB; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

**Maranhão**

Enoc Vieira — PFL; Eurico Ribeiro — PDS; João Alberto de Souza — PFL.

**Piauí**

Carlos Oliveira — PMDB; Celso Barros — PFL; Hélcio Fortes — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Tapety Júnior — PFL.

**Ceará**

Cláudio Philomeno — PFL; Haroldo Sanford — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Moysés Pimentel — PMDB.

**Rio Grande do Norte**

Antônio Câmara — PMDB; Henrique Eduardo Alves — PMDB.

**Paraíba**

Álvaro Gaudêncio — PFL; Edme Tavares — PFL; Juracy Palhano — PDC; Octacílio Queiroz — PMDB; Paulo Xavier — PFL.

**Pernambuco**

Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; Josias Leite — PFL; Mansueto de Lavor — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Miguel Araúas — PMDB; Nilson Gibson — PMDB; Oswaldo Lima Filho — PMDB.

**Alagoas****Oséas Cardoso —****Sergipe**

Adroaldo Campos — PMDB; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PMDB.

**Bahia**

Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PFL; Domingos Leonelli — PMDB; Eraldo Tinoco — PFL; Fernando Gomes — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Haroldo Lima — PC do B; João Alves — PFL; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PFL; Leur Lomanto — PFL; Prisco Viana — PMDB; Rômulo Galvão — PFL; Ruy Bacelar — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

**Espírito Santo**

José Carlos Fonseca — PFL; Theodorico Ferraço — PFL.

**Rio de Janeiro**

Agnaldo Timóteo — PDS; Alair Ferreira — PFL; Carlos Peçanha — PMDB; Daso Coimbra — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; JG de Araújo Jorge — PMDB; Léo Simões — PFL; Márcio Braga — PMDB; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PMDB; Sérgio Lomba — PDT.

**Minas Gerais**

Altair Chagas — PFL; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Christóvam Chiaradia — PFL; Emílio Haddad — PFL; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Jorge Vargas — PMDB; José Machado — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; Manoel Costa Júnior — PMDB; Mário de Oliveira — PMDB Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Ronan Tito — PMDB.

**São Paulo**

Airton Sandoval — PMDB; Alcides Franciscato — PFL; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PFL; Farabulini Júnior — PTB; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; José Genoino — PT; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Nelson do Carmo — PTB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Plínio Arruda Sampaio — PT; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Sônia Borges dos Reis — PTB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

**Goiás**

Brasílio Caiado — PDS; Iturival Nascimento — PMDB; José Freire — PMDB; Siqueira Campos — PDC; Tobias Alves — PMDB.

**Mato Grosso**

Bento Porto — PFL; Milton Figueiredo — PMDB; Paulo Nogueira — PMDB.

**Mato Grosso do Sul**

Plínio Martins — PMDB; Saulo Queiroz — PFL; Sérgio Cruz — PT; Ubaldo Barém — PDS.

**Paraná**

Alceni Guerra — PFL; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Italo Conti — PFL; José Tavares — PMDB; Mauricio Fruet — PMDB; Nelton Friedrich — PMDB; Norton Macedo — PFL; Pedro Sampaio — PMDB.

**Santa Catarina**

Cacildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Evaldo Amaral — PFL; Luiz Henrique —

PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Pedro Colin — PFL; Saturnino Dadan — PFL; Walmor de Luca — PMDB.

**Rio Grande do Sul**

Amaury Müller — PDT; Erani Müller — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélio Souza — PMDB; Oly Fachin — PDS; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB.

**Amapá**

Clarck Platon — PMDB; Paulo Guerra — PMDB.

**Roraima**

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PMDB; Júlio Martins — PTB; Mozarildo Cavalcante — PFL.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume)** — As listas de presença acusam o comparecimento de 28 Srs. Senadores e 156 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período de breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Marcondes Pereira.

**O SR. MARCONDES PEREIRA (PMDB — SP)** — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, recebi dos pecuaristas do Vale do Paraíba, capitaneados pelo valoroso Vereador Vitorio Cassiano, de Pindamonhangaba, denúncia sobre o abuso que a firma Tupinambás — Comércio de Resíduos da Cevada Ltda. — vem cometendo, impunemente, contra a classe dos pecuaristas que usam resíduo de cevada para enriquecer a ração do rebanho leiteiro.

A firma vem aumentando o preço do produto sem dar a mínima satisfação ao Plano Cruzado, e aos que reclamam de seus preços (parte cobrado por fora), ela responde com ameaças de cortar o fornecimento.

O Vereador Vitorio Cassiano já levou o fato, com detalhes, ao conhecimento da Sunab, em São Paulo, que até hoje, infelizmente, nenhuma providência tomou.

Estou alertando as autoridades responsáveis pela área econômica para que determinem as providências necessárias junto à firma Tupinambás, sediada à rua Tupinambás, 90, em São Paulo, fone 70.0445, a fim de colocar um paradeiro no abuso que vem cometendo, cobrando dos pecuaristas elevados preços pela cevada que ajuda na produção do leite. Os fazendeiros estão à mercê dessa firma inescrupulosa. O Vereador Vitorio Cassiano, de Pindamonhangaba, tem todas as informações que a Sunab precisa para uma pronta solução do problema, que carece de atenção energética e rápida.

É preciso, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que os órgãos de fiscalização do Governo tenham mais energia

Hoje, ninguém respeita mais as normas do Governo. As firmas abusam, cobram por fora, fazem o que bem entendem, porque sabem que não vai haver nenhuma fiscalização ou punição.

Esta firma que distribui o resíduo de cevada vem aumentando assustadoramente seus preços. Ela mesma confessa que seus custos já aumentaram em mais de 230%.

Portanto, numa hora em que se fala em estabilização de preço e não em aumento dos mesmos, vemos um abuso desta ordem, denunciado por todos os pecuaristas, por toda essa gente simples, por toda essa gente trabalhadora do campo, que não tem a quem reclamar, a não ser através deste Deputado.

Por isso, peço ao Sr. Presidente que exija da Sunab energia para coibir o abuso por parte da firma Tupinambás.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao Deputado Francisco Amaral.

**O SR. FRANCISCO AMARAL** (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Plano Cruzado supera-se a si mesmo, complementado pela criação do Fundo de Reconstrução Nacional, formado por ações de todas as campanhas estatais que não precisem sofrer o controle acionário pelo Governo, vendida essa participação aos particulares, administrado o Fundo de Reconstrução Nacional pela Presidência da República e pela Secretaria do Planejamento.

Trata-se de uma criação mais importante que a do famoso plano, visto como não regulará apenas o consumo, por via do congelamento e outros tipos de tabelamento de preços. Mas não significará o abandono dessa meta inicial, amplamente referendada pelo povo, sendo certo que atualmente noventa por cento da população apóiam a contenção dos preços, mesmo que também à custa do congelamento salarial.

Entretanto, não visou o Governo, com o Fundo de Reconstrução Nacional, a angariar popularidade maior, senão promover a apropriação do excedente nacional. Por outro lado, equilibra o poder econômico-financeiro entre os Ministros da Fazenda e do Planejamento, ficando este com uma área menos populista, mas de apreciável influência, na preparação de uma máquina estatal bem azeitada, habilitada ao controle da economia nacional, restando a tarefa mais polêmica e de possíveis frutos populares para o Ministro Dilson Funaro.

Domina agora no Governo uma filosofia sustentada pela Unicamp e pela PUC — Rio: não convém ao Estado apropriar-se da economia nacional, mas controlá-la com eficiência, tornando impossível certos desregimentos e racionalizando ao máximo a busca do atendimento aos objetivos desenvolvimentistas do País.

Pode o Fundo de Reconstrução Nacional atender a esse objetivo com o capital constituído pelo valor contábil das ações das empresas estatais entregues à iniciativa privada, enquanto o Estado as controlará. Na medida em que ocorrer essa venda acionária, uma parte apreciável do excedente nacional será transferida para o controle da SEPLAN, que a utilizará onde tornar-se necessária a tarefa de reconstrução econômica.

Essa solução levará as demais empresas estatais à modernização, estabelecida a competitividade, sem qualquer caráter monopolista.

Evidentemente, no bojo desse plano, haverá algum sacrifício pedido à classe média e do setor mais elevado do proletariado, para evitar o ressurgimento de determinados pontos de estrangulamento da economia, ainda existentes atualmente.

Complementando essas providências, uma abertura do mercado de capitais ao mundo exterior emprestará maior eficácia às medidas preconizadas pelo novo pacote, dinamizando o processo de integração internacional da economia brasileira.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Kalume) — Concedo a palavra a Sr. Deputada Irma Passoni.

**A SRA. IRMA PASSONI** (PT — SP. Sem revisão do oradora.) — Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, a imprensa hoje está preocupada com a repercussão de, amanhã, o Plano Cruzado estar completando 6 meses de implantação.

É conveniente que o Governo brasileiro faça uma avaliação dos resultados do Plano Cruzado, a fim de que tenha sensibilidade para perceber que as coisas estão instáveis. Há um questionamento profundo sobre o que está acontecendo no País, a partir do Plano Cruzado. Entre os trabalhadores é voz comum que a única coisa congelada no País é o salário. O restante, há muito, não está congelado de maneira alguma. Estão desmoralizadas as tabelas criadas pelo Governo. Cada um, realmente, cobra o que quer.

Os trabalhadores, que já sofriam um rebaixamento dos salários, passaram, agora, a sofrê-lo de modo violento, porque há uma desindexação no cálculo da inflação. Existem dois cálculos da inflação: o oficial e outro, mas não sabemos qual deles serve de base para o cálculo dos salários. A determinação de que os salários serão corrigidos, automaticamente, a partir de um patamar de 20% da inflação irreal. A tentativa de congelar os preços na forma prevista é ineficiente, causando problemas de abastecimento e de especulação comercial. Já havíamos alertado o Governo para os possíveis erros decorrentes desse pacote econômico. A política do Governo de combate à inflação só atingiu algumas causas do momento, mas não as principais, como a dívida externa e o déficit público. Só de serviço da dívida, nós, brasileiros, pagamos a bancos estrangeiros 130 bilhões de cruzados o ano passado. E sabemos o que poderia ter sido feito neste País com esse dinheiro se bem administrado e se houvesse a suspensão do pagamento da dívida externa, com uma investigação profunda da sua origem e com o exame, caso a caso, optando-se pela moratória. Mas o Fundo Monetário Internacional está tranquilo, porque todas as suas exigências foram cumpridas. O Brasil está em dia com o Fundo Monetário Internacional.

O que é insustentável, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, é a condição de vida daqueles que estão encerrados entre os grandes poderes econômicos, o poder capital multinacional dos grandes supermercados, como o Carrefour, ou mesmo os nacionais, o Pão de Açúcar, de Abílio Diniz. O pequeno e médio comerciante não têm o que vender. Estão sem estoque. A única saída para manter sua portas abertas é pagar o ágio, e ágio eles não podem repassar ao Consumidor. E o Governo exige, pune e ameaça o comerciante pequeno e médio. A falta de abastecimento nas padarias, de produtos como refrigerantes, cervejas, mussarela e farinha de trigo está insustentável. Os próprios padeiros não têm como manter seus estabelecimentos abertos. Em São Paulo recebemos várias reclamações no sentido de que nós, que estamos em Brasília, alertemos o Ministro Funaro, o Presidente da República, sobre essa situação insustentável. Acabei de receber um telefonema de Santa Catarina informando-nos de que os comerciantes não conseguem manter as portas de suas lojas abertas, porque o que tinham venderam e o que compraram não lhes é entregue. É possível que a curto prazo tenhamos dinheiro, mas não teremos o que comprar. O Governo brasileiro, simplesmente, pensa em importar. Mas a importação significa a paralisação da produção interna. Portanto, ela pode resolver em alguns casos, mas não resolve o problema essencial que é o processo interno de auto-sustentação.

Sabemos que a importação de carne congelada e de leite, que agora está estragado no porto de Santos, é o reflexo de uma má política na área do abastecimento. Verificamos também a falta de poder do Presidente da República com relação ao uso da Lei Delegada nº 4, exigindo dos produtores a venda dos produtos que estão estocados. S. Ex<sup>a</sup> não está fazendo isso. O grande empresário, o grande produtor está segurando seus produtos à espera de que a qualquer hora haja o descongelamento.

Diz-se que o povo tem um poder aquisitivo maior e, por isso, compra mais. É preciso que os economistas expliquem esta situação. Evidentemente muita gente comprou mais porque passou a receber o mínimo necessário. Isto tem que ser sustentado pela dinâmica econômica.

Grupos econômicos poderosos tentam questionar o sistema e ganhar as eleições para fazer voltar ao Poder aqueles que saíram há pouco tempo e fortalecer aqueles que representam o grande capital internacional, o capitalismo selvagem por excelência que temos implantado no País.

O Governo brasileiro promete, faz alarde de grandes coisas, mas na prática nada acontece. Um desses grandes

alardes é o de que não seriam mais permitidos despejos na área de habitação. No entanto, o que ocorre foi que o projeto de lei sobre a matéria, aprovado aqui na Câmara dos Deputados, não foi referendado no Senado em razão de decisão de Comissão política ligada ao Presidente da República. E a lei do despejo está aí. As pessoas que não têm casa estão sendo colocadas para fora, para que outros realguem esses imóveis com preços absurdos e insustentáveis.

Ao mesmo tempo não se faz absolutamente nada com relação ao incentivo à construção da casa própria. Está paralizado o plano de construção maciça de moradias populares, mas temos milhões de pessoas no Brasil vivendo em favelas, em cortiços e outros tantos milhões vivendo de aluguéis insustentáveis. Não dá mais para agüentar essa situação.

Portanto, a nossa ponderação é no sentido de que a dinâmica política e econômica está para se romper. O Governo precisa tomar medidas efetivas e imediatas. E não adianta esperar o resultado das eleições, porque há uma grande realidade: quem fica desmoralizado nesse processo são o PMDB e o PFL. Evidentemente, o Presidente José Sarney se sairá bem em razão da maciça aplicação de dinheiro em propaganda para fazer a sua imagem. O Sr. Dilson Funaro e o Sr. José Sarney se sairão muito bem, mas estes partidos políticos ficarão muito mal politicamente. Eles estão com problemas sérios em termos eleitorais, como sabemos, pelo País afora.

A classe política e o poder civil estão totalmente desmoralizados, e o Governo será profundamente responsável pela não representatividade da sociedade civil, a sociedade brasileira.

Esta relação direta entre Presidente e povo, dispensando-se ou simplesmente desprezando-se o poder político, os partidos políticos e as entidades civis e religiosas nacionais é de extrema seriedade, pois foram assim que os partidos fascistas, de extrema direita, se instalaram em diversos países. Este é o alerta que fazemos neste instante. E não abrimos mão, porque consideramos essencial, do congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade.

Agora, manter num sistema capitalista o congelamento de tudo, à força, é um processo intolerável e que está explodindo em todos os cantos do País. Portanto, é necessário manter os gêneros de primeira necessidade realmente congelados e que a verdade seja realmente dita ao povo brasileiro. Basta de mentiras. É preciso dizer o que está acontecendo. É preciso haver incentivo real à agricultura, que não se pague a dívida externa e que se implemente a Reforma Agrária, que tanto foi prometida mas que até agora não foi executada.

Ou se investe neste País ou realmente não há saída a curto ou a médio prazo.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Erani Müller.

**O SR. ERANI MÜLLER** (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, em contato com nossas bases eleitorais no nordeste do Rio Grande do Sul e até mesmo no país vizinho, a Argentina, constatamos a euforia causada pelo Plano Cruzado, adotado pelo Governo da Nova República em 28 de fevereiro.

Realmente, o que a Deputada Irma Passoni colocava aqui tem certa procedência, porque a nossa vinda à tribuna neste momento é para denunciar o boicote imperialista que está sendo feito por setores industriais multinacionais e brasileiros ao pacote econômico.

A cobrança criminosa, Sr. Presidente, do ágio tem que acabar. Lamentamos profundamente que o Ministro Dilson Funaro, que tinha anunciado daria hoje conhecimento à imprensa dos nomes de algumas empresas que estão fazendo esta cobrança de ágio, não tenha tomado essa atitude.

É preciso que se mostre quem está procedendo desta maneira, quem está enganando o povo, quem está tentando fazer com que o Plano Cruzado não dê certo. É preciso que essa gente seja responsabilizada. Sinceramente, não sabemos — vamos contactar com S. Ex<sup>a</sup> amanhã — por que à última hora o Ministro Dilson Funaro resolveu não anunciar à Nação os nomes desses verdadeiros criminosos contra a economia popular e que

agem das mais diversas formas, não só na cobrança do ágio, mas também na maquiagem dos produtos, ou seja, na mudança de pequenos detalhes de alguns produtos, para poderem vendê-los como inéditos no mercado e cobrando, às vezes, até o dobro do preço. Esta é outra atitude vergonhosa e que precisa ser denunciada.

No Rio Grande do Sul estão faltando pneus. Não acreditamos que haja uma causa explicável para isto, porque a produção da indústria automobilística não cresceu e a demanda não foi tão grande para provocar essa falta. Faltam peças, acessórios e muitos outros produtos utilizados pelos automóveis, desde os mais simples aos mais sofisticados. E muitos deles estão sendo considerados acessórios. O parachoque de um trator, por exemplo, é considerado um acessório, assim como outros complementos de máquinas agrícolas.

Para os adubos, como não há forma de se cobrar ágio para encarecer o produto, é cobrado frete mesmo que o produtor vá buscá-los na indústria ou no local de depósito.

Então, sugerimos que o povo brasileiro novamente reedite aquele momento glorioso e patriótico quando do lançamento do Plano Cruzado, em que foi às ruas fiscalizar, conferir as listas de preços. Naquela época realmente o congelamento estava sendo obedecido.

Por isso, neste momento tão difícil, em que ocorre esse boicote de certos setores da produção industrial ao Plano Cruzado, nós sugerimos que a classe política apoie integralmente esse Plano, porque é uma questão de redenção da nossa pátria. Os argentinos e uruguaios estão nos elogiando pelas medidas corajosas tomadas pela Nova República. É preciso, então, que o Plano Cruzado dê certo, e isso vai acontecer. É preciso que essa gente que está agindo de forma impatriótica seja responsabilizada, seja punida, para servir de exemplo. Por isso, insisti, vou contatar com o Ministro da Fazenda e o Presidente da República, para que sejam nominadas essas firmas, empresas e indústrias que estão cobrando ágio, ou que estão usando o artifício da chamada "maquiagem". É preciso que haja responsabilidade. Nunca vimos atitude mais corajosa e extraordinária na história do Brasil do que o estabelecimento desse processo econômico que terminou com a inflação em nosso País, câncer que corroía as entranhas da nossa pátria e do nosso povo. É preciso que a classe política esteja atenta e dê todo o apoio ao Sr. Ministro da Fazenda nessa sua luta intransigente para combater aqueles que especulam, que sempre exploraram o sofrido povo brasileiro, que conquistaram lucros fantásticos e que querem continuar assim. Não aceitam permanecer com lucros razoáveis, que estão sendo estabelecidos pelo congelamento dos preços.

Quero fazer essa condenação, Ministro Dílson Funaro; vamos continuar essa luta, que não é só sua, mas de toda a classe política, dos Srs. Senadores, dos Srs. Deputados. Sugiro, inclusive, que se criem as brigadas populares de fiscalização, diante da inoperância da SUNAB. A SUNAB realmente, não tem condições de fazer uma fiscalização efetiva. É preciso que o povo volte às ruas, que o povo fiscalize os supermercados, as lojas, que estão explorando, que não estão obedecendo à determinação governamental, o congelamento, com as tabelas de preço. É preciso que essa vergonha nacional, o ágio, termine de uma vez por todas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Srs. Congressistas.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume)** — Reabro a lista dos inscritos para atender ao nobre Deputado Nelson do Carmo.

**O SR. NELSON DO CARMO (PTB — SP)** — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, hoje, ouvimos vários discursos enaltecedo o pacote econômico do Governo; outros, contestando-o. Quero parabenizar a Deputada Irma Passoni, do Partido dos Trabalhadores, porque, geralmente, tem por filosofia criticar severamente o comerciante. Hoje, veio S. Ex<sup>a</sup> à tribuna, por duas vezes seguidas, dizer o que está passando o comerciante brasileiro. Vejam bem, o Partido dos Trabalhadores veio aqui defender os comerciantes por duas vezes na tribuna. Ninguém melhor que o PT conhece as vicissitudes do povo, porque é o partido que trabalha mais na periferia, conhece realmente o que se passa neste País. Disse S. Ex<sup>a</sup> a verdade nua e crua do que realmente se passa neste País. Disseram que houve um aumento do consumo, e por este motivo está faltando carne. Ora, se V. Ex<sup>s</sup> forem ao interior do Estado de São Paulo, nas cidades de Sorocaba, Campinas, Jundiaí, Americana, Ribeirão Preto, verificarão que lá existe carne há mais de vinte dias. E dizem que não há carnes! Este Governo está sabotando o Plano Cruzado. Eu apresentei um projeto de lei sobre a desindexação da economia em 1983, que tomou o nº 1.544. É um projeto bom, se não fosse tão mal executado, da maneira como está sendo feito o Plano Cruzado. Isso é uma crueldade que estão fazendo com o povo brasileiro.

Vejam bem, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a lei da oferta e da procura. O Governo tabelou a cebola a 120 cruzados, quando ela estava no mercado a 130 o saco, no atacado. Hoje, a cebola está a 70 cruzados, ou seja, quase 50 cruzados abaixo da tabela. É a lei da oferta e da procura. Então, o Governo que coloque a mercadoria no comércio, que este faz baixar o preço junto ao consumidor. O Governo tabelou o feijão a 9 cruzados e 60 centavos. O comércio vendeu feijão a 7,50, a 8, ou seja, 20 a 30% mais barato. Por quê? Porque há produção, há oferta. Havendo oferta, a lei da oferta e da procura atua. Ela é sagrada, é sacrossanta. Queremos oferta de mercadorias neste País, o que não está havendo. Citarei um caso. O hambúrguer estava sendo vendido a 28 cruzados e o comércio pagava 24 cruzados. Dava para suplementar a falta de carne nos açougues e nos supermercados, pois esses vendiam o hambúrguer a 28 ou 29 e pagavam 24 ou 25. Veio a Sunab, em plena crise de carne, e tabelou o hambúrguer a 24 cruzados. Resultado: querem que o Governo ofereça o hambúrguer a 24, para que se possa vender a 28. Não mais se está encontrando hambúrguer, pois não há condições de atender a essa exigência. Não há mercadoria. O próprio Governo, com os seus métodos impensados e aleatórios, é responsável por esse caos em que se encontra o Plano Cruzado. É um belo projeto mas fogou-se. Não há condições de dar prosseguimento a esse plano.

Posso citar, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, centenas de fatos como estes, que estão afetando o comércio. Lamento que um decreto tão bom, como o do congelamento de preços, o Plano Cruzado, esteja sendo tão mal executado, resultando o caos em que estamos atualmente vivendo. Infelizmente o barco afundou e não há salvação, a não ser que o Governo adote medidas sérias e

vá confiscar o boi no pasto. Há fazendeiro que está com cem mil bois gordos. Então, o Governo faça o que fez com os supermercados. Vá buscar o boi, confiscar, matar e distribuir no comércio. Esta chegando carne da Europa, dos Estados Unidos. Esta carne está tendo péssima distribuição. Até hoje, ainda não organizaram um sistema de distribuição adequado. Não há carne nas principais cidades deste País. Está havendo dificuldade para abastecer as próprias capitais. Veja bem, Sr. Presidente, a que situação chegamos: não temos leite. Onde se viu um País, como o nosso, importar leite, quando temos leite de soja. Misturemos 50% de leite de soja e 50% de leite bovino; vendamos esse leite a CZ\$ 2,00 e liberemos o leite in natura. Não precisamos mandar dólares para fora. Este País é viável, mas há necessidade de se tomar medidas que este Governo não toma. Vejo aqui, neste plenário, defenderem um projeto falido. Ora, o que é isto? É deplorável a situação por que passa este País.

Sr. Presidente agradeço a oportunidade. Muito obrigado

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume)** — Não há mais oradores para o período de breves comunicações. (Pausa.)

Sobre a mesa expediente que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte  
Ofício nº 23

Senhor Presidente:

Comunico a V. Ex<sup>a</sup> que, em função da licença solicitada pelo Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy, indico, em substituição, o Deputado Plínio Arruda para representar o Partido dos Trabalhadores na Comissão que emitirá parecer sobre o Projeto de Lei Orçamentária, referente ao exercício financeiro de 1987.

Na oportunidade renovo a Vossa Excelência protestos de elevada estima — Deputada Irma Passoni, Líder do PT.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume)** — Será feita a substituição solicitada.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume)** — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 18 horas e 30 minutos, neste plenário, destinada à leitura da Mensagem nº 51, de 1986-CN, referente ao Decreto-Lei nº 2.191, de 26 de dezembro de 1984, que altera o Decreto-Lei nº 1.341, de 22 de agosto de 1974, e dá outras providências.

**O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume)** — Passa-se à

## ORDEM DO DIA

A presente sessão é destinada à apreciação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 19 e 20, de 1986, 22 e 21, de 1986, e da Mensagem Presidencial nº 40, de 1986.

Dada a inexistência de quorum, nos termos do § 2º do art. 29 do Regimento Comum, a Presidência declara encerrada a Sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas.)

# **DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

## **PREÇO DE ASSINATURA**

**(Inclusa as despesas de correio)**

### **SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)**

#### VIA-SUPERFÍCIE

Anual .....	Cz\$ 116,00
Semestral .....	Cz\$ 58,00
Exemplar Avulso .....	Cz\$ 0,17

### **SEÇÃO II (Senado Federal)**

#### VIA-SUPERFÍCIE

Anual .....	Cz\$ 92,00
Semestral .....	Cz\$ 46,00
Exemplar Avulso .....	Cz\$ 0,17

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque pagável em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, conta-corrente nº 920001-2, a favor do:

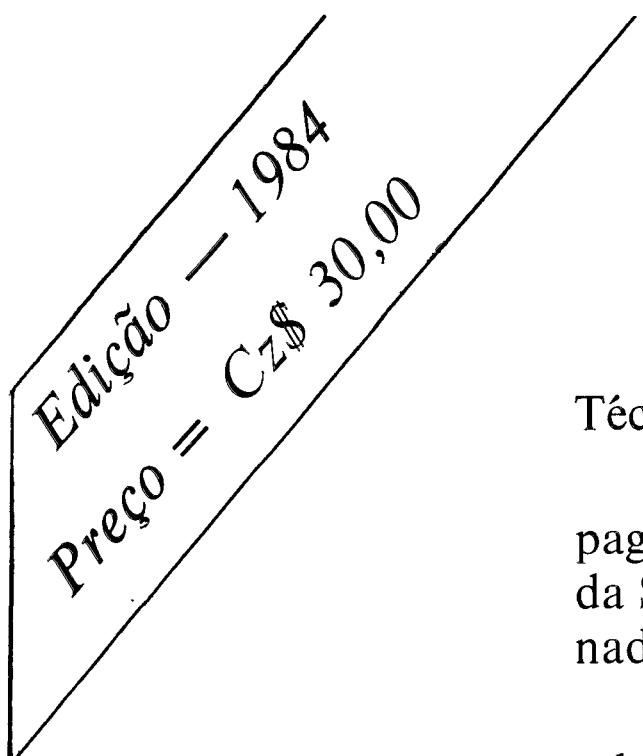
#### **Centro Gráfico do Senado Federal**

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF  
CEP.: 70.160

# **SEGURANÇA NACIONAL**

**Lei nº 7.170, de 14-12-83**

- Texto da Lei com minucioso índice temático**
- Quadro comparativo (Lei nº 7.170/83 — Lei nº 6.620/78)**
- Notas**
- Histórico (tramitação legislativa) da Lei nº 7.170/83**
- Subsídios para a elaboração da Lei nº 7.170/83**



À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas (Senado Federal — 22º andar).

Encomendas mediante cheque visado pagável em Brasília ou vale postal, a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Atende-se também pelo reembolso postal.

CEP: 70160

# **REFORMA ADMINISTRATIVA**

**ORGANIZAÇÃO  
DA ADMINISTRAÇÃO  
FEDERAL**

**Decreto-Lei nº 200, de 1967**

**Texto atualizado e anotado**

**Legislação alteradora**

**Legislação correlata**

**4ª edição — 1984**

**500 páginas**

**Preço:**

**R\$ 30,00**

**À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas,  
Senado Federal, 22º andar. Brasília, DF — CEP 70160**

**Encomenda mediante cheque visado  
pagável em Brasília ou vale postal.**

**Atende-se, também, pelo reembolso postal.**

**Centro Gráfico do Senado Federal  
Caixa Postal 07/1203  
Brasília — DF**

**EDIÇÃO DE HOJE: 8 PÁGINAS**

**PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,17**